

**INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024.**

**VEREADORA SELIANE DA SOS.**

**“Requer que seja encaminhado ofício ao Prefeito Municipal solicitando que seja criado no âmbito do Município de Anápolis o Centro de Reabilitação (abrigo) Municipal de cães, gatos e equinos e dá outras providências.”**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anápolis.

Requeiro, nos termos do art. 88, § 1º alínea i, do Regimento Interno, que seja enviada Indicação ao Prefeito Municipal de Anápolis, **solicitando que seja criado no âmbito do Município de Anápolis o Centro de Reabilitação (abrigo) Municipal de cães, gatos e equinos e dá outras providências.**

#### **JUSTIFICATIVA**

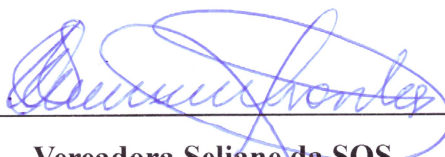
A criação de um Centro de Reabilitação (Abrigo) Municipal de Cães, Gatos e Equinos tem como objetivo o controle populacional, prevenção de doenças e ainda, amenizar o sofrimento de animais que não possuem sem amparo da sociedade (sem tutores, sem responsáveis, sendo vítimas). Os maus-tratos aos animais é uma das práticas criminosas que mais cresce a cada dia, e por isso, o Poder Público deve garantir a proteção ao meio ambiente adotando iniciativas de imediato.

A Constituição Federal estabelece no artigo 225, inciso VII, que o Poder Público deve “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.”. A falta de uma instalação própria para abrigar esses animais e ser intruitiva, também causa sofrimento físico e mental tanto aos apoiadores diretos da causa animal, quanto a população em geral, que muitas vezes ao se deparar com uma situação problema, não sabe como ou onde buscar o socorro.

Por isso, este projeto, é destinado a garantir todos os cuidados e atenção aos animais sob sua responsabilidade, desde a criação de um canal de comunicação para denúncia até o processo final de adoção. No entanto, o projeto propõe o acolhimento de animais feridos e abandonados. Além do espaço próprio, o projeto prevê os cuidados necessários com os animais o que incluem: resgate, encaminhamento para primeiros socorros, encaminhamento para castração, identificação, vacinação, vermifugação e adoção, além da promoção de campanhas educativas sobre posse responsável e direitos dos animais.

Diante do exposto, solicito ao Prefeito Municipal a instituição desse Projeto de Lei em nosso Município.

Atenciosamente,



**Vereadora Seliane da SOS**  
**Líder MDB**

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CENTRO DE REABILITAÇÃO (Abrigo) MUNICIPAL DE CÃES, GATOS E EQUINOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica criado o Centro de Reabilitação (Abrigo) Municipal de Cães, Gatos e Equinos que tem por finalidade precípuo controlar a população de cães, gatos e equinos do Município e a proliferação de doenças, resgatar e recuperar animais abandonados, atropelados ou em estado de sofrimento.

**Parágrafo Único** Considera-se em estado de sofrimento todo animal submetido à maus-tratos e abandono.

**Art. 2º** Competirá ao Abrigo de que trata o art. 1º desta Lei as seguintes atividades, dentre outras que se fizerem necessárias:

- I** – resgate;
- II** – encaminhamento para primeiros socorros;
- III** – encaminhamento para castração;
- IV** – identificação através de microchipagem;
- V** – vacinação;
- VI** – vermifugação;
- VII** – triagem à adoção;
- VIII** – promoção de campanhas educativas sobre a posse responsável e maus-tratos de animais;

**Art. 3º** Os animais provenientes de abandono serão recolhidos e o transporte desses animais será feito por meio de veículo adequado, devendo este conter repartições que permitam o isolamento dos animais evitando assim, a propagação de doenças porventura existentes.

**Art. 4º** Serão assegurados aos servidores responsáveis pelo resgate dos animais, no exercício de suas funções, todos os equipamentos e materiais necessários à sua proteção (EPI's).

**Art. 5º** Após o resgate dos animais, estes deverão ser imediatamente encaminhados ao Abrigo Municipal para a realização dos procedimentos necessários.

**Parágrafo Único** Quando necessário o animal será encaminhado para tratamento veterinário específico em local conveniado com Município.

**Art. 6º** O Abrigo Municipal de Cães, Gatos e Equinos desenvolverá suas atividades em sede própria, diversa do Centro de Bem Estar Animal e Controle de Zoonoses e será composto pelos seguintes setores, dentre outros:

- I** – administração;
- II** – canil;
- III** – gatil;
- IV** - curral;
- V** – ambulatório;
- VI** – centro de acolhimento de animais vítimas de maus-tratos.

**Art. 7º** Caberá ao Abrigo Municipal de Cães, Gatos e Equinos disponibilizar para consulta pública em site próprio, na internet, foto dos animais que estiverem em sua posse.

**Art. 8º** O Abrigo contará com o apoio de equipe multidisciplinar, contendo os seguintes profissionais, dentre outros:

- I** – médico veterinário;
- II** –; treinador comportamental;
- III** – auxiliar veterinário e administrativo.

**Art. 9º** O animal resgatado deverá permanecer no Abrigo Municipal até que seja procurado pelo seu dono ou seja adotado.

**Art. 10º** O tutor do animal deverá apresentar seu nome completo, documento de identidade, CPF, endereço de sua residência, bem como assinar Termo de Responsabilidade se comprometendo a manter o animal nos limites de sua residência para que este não volte para as vias urbanas.

**Art. 11º** Os animais apreendidos que não forem procurados pelos seus tutores poderão ser doados através de triagem após estarem castrados e devidamente microchipados, após 30 (trinta) dias.

**Art. 12º** O Município poderá realizar feiras de adoção de animais, com divulgação nos meios de comunicação, como forma de incentivar e facilitar a adoção dos animais pela população.

**Art. 13º** Os animais sob responsabilidade do abrigo poderão ser adotados por pessoas interessadas, maiores de 18 (dezoito) anos, mediante apresentação do documento de identidade e informação sobre o endereço completo após triagem.



**Parágrafo Único.** O animal adotado deverá ser liberado para o seu novo dono, devidamente castrado, microchipado, contendo informações sobre raça, tamanho, idade aproximada, sinais característicos, vacinas recebidas e outras informações que se fizerem necessárias.

**Art. 14º** Durante o período de permanência no Abrigo Municipal deverá ser fornecido pelo Município toda a manutenção de que os animais sob responsabilidade precisam.

**Art. 15º** Sem prejuízo das atividades descritas no art. 2º desta Lei, será instituído canal de comunicação chamado “Patrulha Animal”, para receber denúncias de maus-tratos de animais, e estas serem encaminhadas ao setor policial competente.

**Art. 16º** Os animais vítimas de maus tratos que forem resgatados pela Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros deverão ser encaminhados ao Abrigo Municipal para fins necessários.

**Parágrafo único.** Os animais de que se refere o art. 16º ficarão sob guarda do Abrigo Municipal em área determinada segundo a condição necessária

**Art. 17º** O responsável técnico pelo Abrigo Municipal deverá ter a habilitação de médico veterinário com registro ativo no respectivo Conselho.

**Art. 18º** A estrutura do Abrigo Municipal deverá oferecer o espaço adequado para a manutenção dos animais garantindo todo o bem estar animal.

**Art. 19º** A limpeza do Abrigo Municipal por ser medida necessária no controle preventivo e combate à proliferação de doenças deverá ser feita diariamente e de forma rigorosa com uso de produtos próprios e adequados para cada local.

**Art. 20º** O Município deverá promover palestras em escolas, creches, praças e outros locais públicos sobre a Proteção dos Direitos dos Animais, bem como, o incentivo a adoção dos mesmos, a fim de conscientizar adultos e crianças.

**Art. 21º** O Poder Público, para a consecução dos fins previstos na presente Lei, deverá celebrar convênios com as instituições ou empresas públicas e privadas.

**Art. 22º** As despesas com a execução da Presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município, suplementadas se necessário.

**Art. 23º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

